

eiculo: CORREIO POPULAR		editoria: OPINIÃO	Página: A2	Data: 11/11/2014
Tipo: JORNAL		Assunto: EMBRAPA		
Unidade citada jornal: EMBRAPA MONITORAMENTO POR SATÉLITE				
Fonte citada: Dirigente [] Chefe [] Outros empregados [] Sem citação [] Pesquisador [X]		Presença do nome: Capa [] Manchete [] Rodapé/legenda [X] Citação [] Título [] Destaque no texto []		
Posição Gráfica: 02 elementos gráficos [X] 03 elementos gráficos [] 04 elementos gráficos [] 05 ou mais elementos []		Ocupação na Página: 1/4 [] 2/4 [X] 3/4 [] 1 página [] 2 páginas [] 3 ou mais páginas []		
Gênero: Crônica [] Entrevista [] Nota Informativa [] Notícia [] Artigo [X] Coluna [] Reportagem [] Editorial [] Nota opinativa [] Carta ao leitor [] Charge [] Agenda []				

Produção de água

IVAN ANDRÉ
ALVAREZ
ivan.alvarez@embrapa.br

Encerramos mais um período eleitoral sem ter uma real noção sobre a política ambiental proposta pelos candidatos. De fato, o que se pretende fazer para a produção de água? Haverá maiores incentivos às políticas de pagamento por serviços ambientais (PSA)? Promoveremos políticas agrícolas que sejam focadas no aumento de produção com menor uso de insumos e sem ampliar a quantidade de terras? E as políticas urbanas considerarão a importância primordial da arborização para amenização da temperatura e diminuição do efeito estufa?

Essas perguntas ficam no ar à medida que tentamos indagar aos gestores sobre qual será a forma de diminuir as desigualdades sociais e de fazer a economia crescer. Fácil é dizer que se pretende um desenvolvimento sustentável, mas é claro que, de fato, não há aplicação clara desse "chavão". Quando analisamos a economia de mercado observamos os modelos implantados e todos eles se baseiam numa matriz "suja", que provoca danos irreversíveis na cadeia produtiva e, em sequência, no consumo do bem produzido. O fato de produzirmos tanto lixo é talvez o resultado mais óbvio do que estamos optando.

Um exemplo contraditório é o que vem ocorrendo nos centros urbanos, onde se sofisticam os hábitos de consumo. Hoje um grupo que é destaque na sociedade são das pessoas urbanas com hábitos sofisticados que se caracterizam como o

grande filão do mercado de consumo. Moram em apartamentos e consomem proporcionalmente três vezes mais energia do que quem está em habitações coletivas. Muitos são conscientes e consomem produtos orgânicos em pequenas embalagens, todas elas individualizadas em bandejas de isopor com plástico por cima. O poder aquisitivo tem permitido que cada cidadão tenha seu próprio carro, que é usado para dirigir-se ao trabalho geralmente de forma solitária. Muitas pessoas optam por almoçar em locais onde o conceito de boa higiene é representado por guardanapos, talheres, sal, açúcar e até palitos de dente oferecidos em embalagens individualizadas. O cafezinho, no local de trabalho por exemplo, é servido em copinhos descartáveis e não existe mais colher e sim um pequeno bastão plástico. Para onde vai todo esse lixo?

Voltando a questões mais macro. Que o modelo de desenvolvimento que optamos tem as suas consequências drásticas

não há o que duvidar, pois caminhamos para uma escassez de recursos naturais tamanha que já se reflete de forma negativa na economia. Portanto, a pergunta que fica é a de quais seriam as medidas a serem tomadas para uma transição para a chamada Economia Verde.

Alguns processos já são claros e estão sendo implementados, como as medidas para economia de água e energia na indústria. Mas o que dizer, por exemplo, da obsolescência programada: processo pelo qual se faz um produto com tempo programado para falhar, o seja, tornar-se obsoleto? Sem dúvida essa programação tecnológica permitiu que a demanda por produtos aumentasse o consumo e consequentemente a necessidade de maior mão-de-obra para as fábricas. Mas há que se avaliar qual as perdas na qualidade de vida por conta desses processos. Como produzir menos, os produtos durarem mais e novas aberturas de postos de trabalho ocorrerem, deve ser o grande dilema para os próximos gover-

nos. Não existirá uma ação sequer a ser colocada em políticas públicas que não deva incluir uma análise de risco ambiental.

As políticas paralelas de incremento da conservação dos recursos naturais devem ser incentivadas e aprimoradas. Nova York optou por preservar seu mananciais pagando por isso há cerca de 24 anos. O consumidor paga para ter uma água limpa que vem das montanhas de Catskill, a aproximadamente 200 quilômetros de distância. Lá os fazendeiros se uniram e um conselho formado por proprietários rurais administra os recursos. Eles fazem o manejo sustentável das florestas mantendo-as em pé e extraindo produtos comerciais.

Campinas boboeu por muito tempo. Deixou-se cativa de um sistema que depende totalmente de água externa ao seu território. Nova York depende da mesma forma, mas soube repassar os recursos e criar meios de receber água limpa, sem necessidade de tratamento, de locais onde se preservam os mananciais. Agora que se pretende correr atrás do prejuízo, devemos atrelar os novos planos para criação de reservatórios com suprimento de mananciais que possam estar em terras que recebam recursos diretamente como serviços ambientais, advindos do pagamento da água feito pelos campineiros. Se queremos uma Campinas menos dependente do sistema Cantareira, devemos nos prover de criatividade para obter a produção de água.

